

Foucault e a morte do sujeito¹

João Barros²

O objetivo desta reflexão é expor alguns argumentos de Michel Foucault sobre a relação saber-poder.

Foi no livro *As palavras e as coisas* que Foucault argumentou sobre a morte do sujeito moderno. Essa obra marcante de seu período arqueológico ainda não discutia a relação entre saber e poder que viria a ser o eixo temático principal do período seguinte, denominado de genealogia. Foucault, o filósofo do poder, ainda não havia escrito seus argumentos mais marcantes. Contudo, já neste livro, Foucault sinaliza sua dívida teórica com Friedrich Nietzsche (1844-1900)³ ao afirma que

[...] Nietzsche encontrou de novo o ponto no qual Deus e o homem se pertencem um ao outro, no qual a morte do segundo é sinônimo da desapareção do primeiro e no qual a promessa do super-homem significa primeiro e antes de tudo a eminência da morte do homem (FOUCAULT, 1966, p. 353; 1968, p. 332).

Dando continuidade ao argumento de Nietzsche e aprofundando suas consequências, Foucault deixará de falar de um sujeito capaz de produzir uma verdade sobre os objetos e passará a argumentar sobre a relação entre saber e poder. De acordo com ele, torna-se pertinente apontar “uma relação de poder que dá

1 GT 3: Descolonización epistémica desde el Sur indo-afro-latinoamericano.

2 UNILA - Doutor em Filosofia e Ciências Sociais. E-mail joao.barros@unila.edu.br.

3 NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*; tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Cf. seções 108 (Novas lutas), 125 (O louco) e 343 (Sentido da nossa alegria).

origem a um conhecimento que, por sua vez, funda os direitos deste poder” (FOUCAULT, 2011, p. 127)⁴.

Neste sentido, a produção da prova estaria oposta à verdade apofântica. O desvelamento que supostamente tem seu lugar desde tempos imemoriais cede lugar a uma verdade concebida como acontecimento. Essa nova perspectiva sobre a verdade deixa entrever as relações de poder que fazer parte do processo de produção do conhecimento. Essa “verdade constatação”, tal como a caracteriza Foucault, admite dois supostos básicos da história das ideias: o “sujeito universal de conhecimento”, por um lado, e o “objeto permanente” por outro (FOUCAULT, 2011, p. 116). Ambos altamente problemáticos segundo nosso autor.

A crise atual de algumas disciplinas

Coloca em questão o conhecimento, a forma de conhecimento, a forma sujeito-objeto. Interroga as relações entre as estruturas econômicas e políticas de nossa sociedade e o conhecimento, não em seus conteúdos falsos ou verdadeiros, mas em suas funções de poder-saber. Crise por consequência histórico-política (FOUCAULT, 2011, p. 118).

Com relação à história, faz-se necessário recorrer ao texto *Nietzsche, a genealogia e a história*, no qual anunciará desde o início: a genealogia se opõe “ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias. Ela se opõe à pesquisa da “origem”” (FOUCAULT, 1979, p. 16).

4 Sobre a relação saber-poder, Foucault utiliza o conceito de dispositivo. Não aprofundaremos o debate sobre esse conceito, apenas deixando disponível uma das compreensões que Foucault elabora sobre ele: O que chamo de dispositivo é algo muito mais geral que compreende a *épistémè*. Ou melhor, que a *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos (FOUCAULT, 1979, p. 246).

O método genealógico estaria contra a busca de um conhecimento entendido como retrato objetivo do mundo material. A busca de uma origem na forma de uma *Ursprung* condiciona todo o processo da criação do saber, levando-o a uma busca da essência da coisa a ser conhecida, uma exatidão que está ou esteve sempre velada à espera de um sujeito capaz de descobri-la e mostra-la ao mundo na sua forma mais exata. A alternativa apresentada por Foucault é reconstruir a essência em suas partes, juntando todas as peças desse mosaico que não se cansa de ser apresentado como uma entidade atemporal.

Não seria a genealogia, então, “a história de um erro que tem o nome de verdade?”, pergunta-se ele (FOUCAULT, 1979, p. 19). A quimera da origem, que tanto ludibria os homens, deve então ser combatida. Não se trata mais de um conhecimento originário, retrato de uma essência sempre presente. Não falemos mais de uma verdade incontestável, essencial, universal em suas pretensões. Os cientistas e historiadores devem ser desafiados a não olhar mais para o mundo como um conjunto de objetos, mas como um emaranhado de coisas que em determinado momento deixa aflorar um dos componentes do conjunto.

Assim seria o conhecimento entendido como *Herkunft*, ou seja, proveniência. A genealogia não buscará uma origem outrora perdida. Ela será a busca de uma proveniência, que, longe de fundamentar um conhecimento dotado de objetividade, será o agitar daquilo que se percebia imóvel. De acordo a essa proposta, o questionamento da verdade como objetividade também é dirigido ao Eu cognoscente. Trata-se de romper com essa suposta unidade, dando notoriedade ao seu caráter composto por mil acontecimentos. A verdade então reaparece na forma de “acidente” (FOUCAULT, 1979, p. 21).

Tratando o conhecimento como algo acidental, não se pergunta mais sobre a origem daquilo que se dá a conhecer. Pelo contrário, a atenção será posta sobre o

ponto de surgimento daquele fenômeno. A *Ursprung*, então, será oposta à *Entstehung*. A partir desse novo conceito, será possível perceber a presença das relações de poder presentes no processo de conhecimento. A *Entstehung*, entendida como ponto de ruptura, permite reestabelecer os “diferentes sistemas de submissão” (FOUCAULT, 1979, p. 23).

Neste ponto não podemos deixar de recordar as operações do saber disciplinário mencionadas no curso *Em defesa da sociedade*. “Que tipos de saber querem desqualificar a partir do momento em que se dizem uma ciência?”, pergunta Foucault (FOUCAULT, 2010, p. 23). A genealogia buscará romper com a submissão dos saberes históricos por parte de uma ciência pretensamente universal. Pondo-se contra a hierarquização científica e seus efeitos de poder, a genealogia destrava uma batalha que tem por finalidade liberar os saberes submetidos, os saberes da gente das amarras impostas pela ciência.

Nesses termos, “a ciência [será entendida] como a política disciplinária dos saberes” (FOUCAULT, 2010, p. 170). Essa compreensão se dá a partir do momento que nosso autor entende haver uma luta econômico-política em torno dos saberes. Essa luta é travada em quatro frentes: 1) eliminação ou desqualificação de pequenos saberes; 2) normalização dos saberes dispersos; 3) hierarquização dos saberes; e centralização (FOUCAULT, 2010, p. 168). A Modernidade inaugura um projeto ainda em curso de homogeneização dos saberes tecnológicos. Tal projeto pode ser compreendido em quatro etapas, cada uma delas compondo uma operação distinta.

No fundo, em todas essas etapas, [...] trata-se de quatro coisas: seleção, normalização, hierarquização e centralização. Essas são as quatro operações que podemos ver em ação no estudo um pouco detalhado do que chamamos poder disciplinário (FOUCAULT, 2010, p. 169).

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

Um dos exemplos dados por Foucault é em relação ao saber histórico. Para ele, ao longo do séc. XVIII, o saber histórico foi convertido em uma arma discursiva, um dispositivo de saber e poder. Tendo o saber histórico como exemplo, voltamos ao texto sobre a genealogia e a história. O saber histórico feito com o uso do método genealógico permitirá opor-se à Metafísica e sua operação de colocar o presente na origem e advogar por uma destinação do conhecimento que quer vir à luz. Compreender o conhecimento como um surgimento nos permite identificar um lugar de enfrentamento do qual o saber emerge.

A história efetiva (*Wirkliche Historie*) será um relato contra o progressivo desenvolvimento da humanidade. Nossa espécie não deve ser entendida como autora de uma caminhada de autodesenvolvimento moral e racional. A ciência não deve ser vista como a realização de uma essência que nos caracterizaria como seres superiores. Nossa conduta moral e o exercício da liberdade deixam de ser compreendidos como um processo sem interrupções no qual as gerações mais recentes são, necessariamente, mais desenvolvidas que as anteriores. A história não seria nem teleológica, nem racionalista.

Nada disso. A história efetiva dará outra acepção ao sentido histórico. Ela nos permitirá ver como “os historiadores procuram [...] apagar o que pode revelar [...] o lugar de onde eles olham, [...] o partido que eles tomam” (FOUCAULT, 1979, p. 30). Assim, saber não significa reencontrar, mas sim reconstituir as relações de poder que compõe um determinado lugar de surgimento. Identificando o ponto de emergência de um saber, será possível perceber quais os fatores que o influenciaram em sua formação.

Disso depreende-se que Foucault não trabalha com a noção de essências a serem descobertas, desveladas. Em suas palavras:

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul v. 2, n. 1, 2018.

É preciso desmistificar a instância global do real como totalidade por restituir. Não existe “o” real ao que se poderia aceder sempre e quando se falara de todo ou de certas coisas mais “reais” que as demais, e que escapariam de nós, em aras de abstrações inconsistentes, se nos limitamos a fazer aparecer outros elementos e outras relações (FOUCAULT, 2001, p. 834).

O mundo não é feito de características essenciais. A história efetiva suspeita, não de modo rancoroso e sim alegre, dos discursos essencialistas, das proposições universais, das sentenças inquestionáveis. Ela permitirá perceber como as relações de forças são reversíveis, dando lugar a uma compreensão do conhecimento como um produto aleatório, não necessário, distante das necessidades estáveis.

Discorrendo sobre o sentido histórico, fica claro que nosso autor não reforçará o corro de uma história universal, racionalista e teleológica, como já foi dito. O sentido histórico, ao contrário, deve ser usado em três modos muito específicos. Primeiro está o modo paródico contra o qual está posta a história entendida como reminiscência ou reconhecimento. Neste caso, nota-se a atitude de negação dos preceitos epistemológicos platônicos. Conhecer não é recordar uma essência uma vez antes conhecida.

Em segundo lugar, é possível falar do sentido histórico dissociativo. Este irá questionar a história como continuidade. A produção de conhecimento não busca a compreensão, mas o corte, a cisão. Trata-se de recortar e produzir uma realidade coerente com as relações de poder presentes no acontecimento epistemológico. Neste ponto, o historiador, ou cientista em geral, tem a propensão a apagar todas as pistas que podem revelar o lugar a partir do qual falam. Essa estratégia visa invisibilizar um querer particular e reencontrá-lo como querer universal. Tampouco será a oportunidade para reencontrar as raízes de nossa identidade perdida, como se fôssemos sujeitos de uma trajetória ascendente de conhecimento. O sentido

histórico dissociativo fará “aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam” (FOUCAULT, 1979, p. 35).

Por fim, o terceiro uso do sentido histórico é o sacrificial. Ou seja, o patíbulo do sujeito neutro do conhecimento. Não se pode falar de ciência no sentido de Descartes (2009), fundando um *ego cogito* totalmente separado do mundo exterior. Essa *res cogita*, marco fundamental da Modernidade, que traz o sujeito para o centro do processo de conhecimento, deve ser obnubilado como um espectro que apenas oculta ou camufla as relações de poder presentes no processo cognoscitivo. A dúvida não deve pairar sobre o mundo exterior, do qual não se poderia encontrar a verdade. A dúvida deve estar dirigida a essa *ego cogito* e sua filha ciência, que já têm dificuldades para negar seus laços com a sociedade industrial moderna. Como bem expressa Georges Canguilhem,

Foi necessário que Kant traduzisse o cogito perante o tribunal crítico do *Eu penso* e lhe recusasse todo alcance substancialista para que a filosofia moderna se acostumassem a se referir ao Cogito como o acontecimento filosófico que a havia inaugurado. O *Eu penso* kantiano, veículo dos conceitos do entendimento, é uma luz que abre a experiência à sua inteligibilidade (CANGUILHEM, 2012, p. 25-26).

O sacrifício do sujeito também diz respeito à noção herdada de Kant (1997) segundo a qual o sujeito que conhece tem a capacidade de dar forma à realidade de modo transcendental. A empresa iniciada por Descartes ainda estava por ser reavaliada pela própria Modernidade e ganhar, assim, o status que ainda tem em muitos âmbitos.

Referências

CANGUILHEM, Georges. *Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do Cogito?*; tradução Fábio Ferreira de Almeida. Goiânia: Edições Ricochete, 2012.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

DESCARTES, René. *Meditaciones Metafísicas*; traducción Pablo Pavesi. Buenos Aires: Prometeo, 2009.

FOUCAULT, Michel. A casa dos loucos. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979a, p. 113-128.

_____. *Defender la sociedad – Curso en el Collège de France 1975-1976*; traducción Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

_____. *Las palabras y las cosas*; traducción Elsa Cecilia Frost. Buenos Aires : Siglo veintiuno, 1968.

_____. *Les mots et les choses*. Paris : Gallimard, 1966.

_____. La poussière et le nuage. In: *Dits et écrits II*. Paris: Gallimard, 2001b, p. 829-838.

_____. *Le mots et le choses*. Paris: Gallimard, 1966.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979b, p. 15-38.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*; tradução Artur Morão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.